

Este eixo pretende abordar as distintas proposições e formas de condução da gestão nos diferentes setores das políticas públicas em que o terapeuta ocupacional está implicado, como na saúde, na assistência social, na educação, na cultura e outras. Pretende também discutir os setores relacionados às parcerias público-privadas.

Eixo 1 – gestão, consultorias e financiamento nas políticas públicas

COMUNICAÇÃO ORAL: A GESTÃO NO DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO DA POLÍTICA DE DROGAS: O ESPAÇO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NO CRR/UNB-FCE

*FLÁVIA VIRGÍNIA DE LIMA SOUZA; MARIA DE NAZARETH RODRIGUES MALCHER DE
OLIVEIRA SILVA; ANDREA DONATTI GALLASSI*

Introdução: A atuação do Terapeuta Ocupacional na legislação pode ser de gestor de serviços e políticas, com habilidades de tomada de decisões, lideranças, administração e educação permanente. **Objetivo:** descrever uma experiência de gestão do Centro Regional de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades associadas da Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia (CRR/UnB-FCE) desenvolvida por terapeutas ocupacionais com estratégias de formação sobre drogas para profissionais da rede intersetorial. **Metodologia:** Para isso foi levantado os documentos do centro no período de 2013 a 2015, relacionando a experiência com a análise documental do CREFITO que trata sobre a gestão na Terapia Ocupacional. Os dados levantados foram analisados verificando a atuação neste centro e sua conformidade com os documentos normatizadores da profissão. Dessa forma, divulgar a experiência como relevante para o campo da Terapia Ocupacional. **Resultados e Discussão:** O CRR/UnB-FCE tem como objetivo promover capacitação e educação permanente de profissionais que atuam com vulnerabilidades no contexto do uso de drogas. De 2013 até hoje mais de 500 profissionais da rede intersetorial (saúde, educação, assistência social, justiça, segurança pública, entre outros) de Municípios do entorno de Brasília já foram capacitados. A equipe é formada por profissionais dos serviços do Distrito Federal, docentes e alunos de cursos diversos da UnB, e pesquisadores colaboradores de instituições de ensino do Brasil e Canadá; totalizando uma equipe em torno de 30 pessoas. O CRR é coordenado por Terapeutas Ocupacionais, com uma gestão participativa nas ações de formação. Além disso, apresenta um cotidiano dinâmico entre a formação realizada em paralelo com ações de ensino, pesquisa, extensão com enfoque científico na área. As atividades são diversas e na equipe outros terapeutas ocupacionais participam das atividades. **Considerações finais:** A experiência apresentada mostra a eficácia na execução de políticas públicas, como no CRR, que é um dispositivo do Plano Crack: é possível vencer. Portanto, este relato apresenta o papel de gestor do terapeuta ocupacional em conformidade com a legislação, demonstrando a atuação específica e relevante e oferece reflexão para o campo da gestão, pouco desenvolvida principalmente em políticas governamentais.

Palavras-chave: Gestão em Terapia Ocupacional, Política Nacional Sobre Drogas, formação.

A PERCEÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE DE USUÁRIOS DOS ESPAÇOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

FABIANA SOUSA RIBEIRO; ISABELLE DOS SANTOS ANDRADE; JANILCE NAZARÉ FERREIRA COSTA; THAMYRES PEREIRA ALVES; KÁTIA MAKI OMURA.

INTRODUÇÃO: Este trabalho abordará as condições de acessibilidade observadas por acadêmicas de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Pará (UFPA). O interesse na temática surgiu a partir das experiências práticas promovidas pelo curso de Terapia Ocupacional nos espaços da UFPA. O documento base para as práticas foi a Norma Técnica Brasileira NBR 9050, que foi elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas. Nesta norma estão padronizados os critérios que tem o objetivo de proporcionar condições seguras e adequadas de acessibilidade em edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos para qualquer pessoa com mobilidade reduzida. Segundo a mesma, acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. **OBJETIVO:** Entender as percepções dos usuários dos espaços da UFPA sobre as condições de acessibilidade. **METODOLOGIA:** Para coletar informações, foi utilizada a observação e entrevistas abertas com usuários dos espaços públicos da universidade. **RESULTADOS:** Foi observado que os entrevistados já estavam habituados com as dificuldades encontradas, de maneira que não eram capazes de distinguir as reais condições de acessibilidade, das tentativas falhas de promoção da mesma. **DISCUSSÃO:** Nos relatos dos usuários foi identificada a falta de conhecimento sobre os direitos garantidos à população pela Lei 10.098, que estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Inicialmente nem todos os entrevistados conseguiam identificar as barreiras arquitetônicas existentes no espaço da UFPA. Assim, observou-se a necessidade de esclarecer o conceito de acessibilidade. Após breve orientação da temática, os entrevistados passaram a relatar quais as barreiras físicas e estruturais frequentemente encontradas para acesso e locomoção dentro da universidade, sendo as maiores queixas: a falta de calçadas, transporte adequado e vagas de estacionamento para PNE. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto e de tudo o que foi vivenciado nas práticas, fica clara a necessidade da atuação multiprofissional incluindo o auxílio do Terapeuta Ocupacional para que haja melhora nas condições estruturais de acessibilidade, além da orientação quanto os direitos existentes que garantem condições dignas de acessibilidade para todas as pessoas que por algum motivo apresentam redução de mobilidade.

Palavras-chave: Acessibilidade. Terapia Ocupacional. Idosos.

ATENÇÃO PRIMÁRIA E O ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: O QUE APRENDEMOS EM 15 ANOS DE TRABALHO NESSE NÍVEL ASSISTENCIAL

EUCENIR FREDINI ROCHA; CAMILA CRISTINA BORTOLOZZO XIMENES DE SOUZA

Desde a conferência de Alma-Ata a ideia de reabilitação como uma medida de saúde aplicável à comunidade se constrói. Os serviços de saúde e serviços-escola também desenvolvem suas práticas nesta direção. Assim, estratégias e modelos reabilitacionais emergem numa tentativa de superar o modelo corretivo, centrado nas tecnologias dura e nos centros de reabilitação distantes da periferia das cidades. O presente trabalho visa discutir, por de relato de experiência, os 15 anos de trabalho do Laboratório de Estudos em reabilitação e Tecnologia Assistiva da USP na Atenção Primária à Saúde (APS). Neste período, em diferentes regiões da cidade de São Paulo, enfrentamos algumas dificuldades para a construção do trabalho, como: a construção junto às equipes sobre o que é e qual é o trabalho da Terapia Ocupacional neste nível assistencial; a inacessibilidade da UBS e entorno; a filiação dos profissionais à um modelo de APS seletiva, no qual a população atendida pela TO não está contemplada, o que aliava-se, muitas vezes à dificuldade dos profissionais entenderem o acesso à APS como um direito. O nosso trabalho, assim como outros contemporâneos, inspirou a criação de políticas públicas, e atualmente, as equipes e população com a qual trabalhamos entendem o trabalho da TO na APS como necessário. Conseguimos propor rearranjos no trabalho na UBS onde estamos, entretanto ainda há muito que se fazer para construir ações na direção da APS ampliada, territorial, integral e resolutivo.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência, Atenção Primária à Saúde, Reabilitação.

AValiação da Atenção Básica no SUS a Partir da Concepção das Pessoas com Deficiência Física

RAÍSSA HEROLD MATIAS RICHTER; CAMILA MARIA DE MELLO DE PASCHOAL; CELINA CAMARGO BARTALOTTI

INTRODUÇÃO: A Atenção Básica do SUS é responsável pela organização e gerenciamento dos cuidados em saúde da população, o que confere a este nível responder grande parte das demandas das pessoas com deficiência física, as quais, principalmente desde a década de 90, vem aumentando seu repertório de direitos na legislação brasileira. No entanto, a forma como essa assistência vem sendo avaliada pelas pessoas com deficiência, ainda não foi descrita. Para a terapia ocupacional, estudos concernentes às políticas públicas, populações-alvo e qualidade da assistência tem grande relevância por contribuírem diretamente no planejamento das ações desta área profissional, que está inserida em diversos setores do SUS. **OBJETIVO:** Este estudo teve por objetivo investigar como usuários do SUS que possuem deficiência física avaliam a assistência no nível da Atenção Básica. **MÉTODO:** Trata-se de pesquisa de campo, realizada com 11 sujeitos acima de 18 anos, com deficiência física e que fazem uso do nível primário do SUS. A coleta de dados foi feita por meio de entrevista e os dados foram analisados qualitativamente, a partir da formação de categorias de análise a posteriori. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário São Camilo (Parecer nº 892.553) e todos os participantes foram submetidos ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, respeitando os aspectos éticos e legais. **RESULTADOS:** Os aspectos levantados pelos sujeitos foram organizados nas seguintes categorias: definição do Sistema Único de Saúde; serviços de saúde utilizados; razões para uso de convênios médicos e serviços de saúde particulares; conhecimento da Atenção Básica e seus serviços; condições de acessibilidade nos serviços e arredores; e sugestões para a Atenção Básica. **DISCUSSÃO:** Pela análise dos dados pode-se constatar que os sujeitos elencam pontos positivos e negativos a respeito da Atenção Básica, resultando na discussão sobre a seguridade social e o controle social como fatores inerentes ao SUS; as funções, propostas e responsabilidades específicas da atenção primária em saúde; e os pareceres e opiniões com enfoque na melhora do Sistema em questão, os quais incluíram não somente a Atenção Básica, mas também os demais níveis assistenciais que compõe o SUS. **CONCLUSÃO:** Concluiu-se que existe a necessidade de ampliar o desenvolvimento e reforçar as ações da Atenção Básica como orientadora do cuidado em saúde, tornando a assistência mais efetiva e resolutive à população com deficiência física; respeitando os princípios já garantidos em lei, da universalidade, integralidade, humanização, equidade e descentralização; e contribuindo para o aprimoramento do planejamento assistencial nos diversos serviços do SUS, os quais incluem os terapeutas ocupacionais como atores importantes neste processo.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde. Atenção Primária à Saúde. Pessoas com Deficiência.

FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM AUTISMO: DIREITOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E GASTOS DESPENDIDOS COM O CUIDADO DOS FILHOS

LAIS COUTO CATINACCIO; THELMA SIMÕES MATSKURA; MARTHA MORAIS MINATEL

A literatura sobre famílias de pessoas com autismo tem apontado o impacto emocional nos membros familiares e outras implicações na esfera familiar como, por exemplo, na realidade econômica, pois há um aumento dos gastos que podem também serem ampliados pela diminuição da renda familiar, pois na maioria dos casos, os principais cuidadores abdicam do trabalho remunerado. Estudos nacionais recentes indicam a importância no empoderamento dos pais quanto aos direitos na atenção e assistência a seus filhos autistas. O objetivo deste estudo foi identificar como os familiares de crianças e adolescentes autistas avaliam os gastos despendidos com os cuidados dos filhos ao longo do tempo e o que identificam e conhecem acerca de seus direitos e de políticas públicas que focalizam o autismo e outras deficiências. Trata-se de estudo exploratório e transversal de abordagem qualitativa, que integrou pesquisa mais ampla, realizada no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Este estudo foi realizado em três etapas: a inserção ecológica do pesquisador no campo de estudo, entrevistas semiestruturadas realizadas junto às famílias e estudo documental acerca das leis para deficientes existentes nos âmbitos nacional, estadual e municipal. A inserção no campo pela pesquisadora ocorreu em uma instituição especializada em autismo. Na segunda etapa, participaram do estudo 20 famílias de crianças e adolescentes com diagnóstico de autismo, que foram entrevistadas e, os resultados analisados através da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Para o estudo documental, realizou-se levantamento nos sítios eletrônicos dos Ministérios do Governo Federal e nas Secretarias Estadual de São Paulo e Municipal de duas cidades do interior de São Paulo. Os principais resultados indicaram que os gastos com o cuidado dos filhos autistas girou em torno de 30 a 40% da renda familiar e, ao elencarem sobre os itens de maior dispêndio citaram gastos com o transporte, a alimentação e medicação. Em relação ao conhecimento sobre os direitos da família e do filho autista, revelou-se que 10% dos participantes desconhecem os direitos e metade dos familiares participantes tem conhecimento parcial sobre os mesmos. Discute-se acerca da necessidade de maior acesso das famílias à legislação específica e também ao conhecimento de seus direitos de forma aplicada ao dia a dia.

Palavras-chave: Autismo, Famílias, Políticas Públicas.

HANSENÍASE: DESAFIOS EM PREVENÇÃO DE INCAPACIDADES

MARIA CRISTINA DIAS; MARIA EDILENE VICENTE LOPES; MARIANA FRANÇA; RACHEL
TEBALDI TARDIN; RILZA BEATRIZ COUTINHO.

Introdução: Na década de 1990, a introdução de novos esquemas de tratamento para a hanseníase impulsionou novas intervenções operacionais, principalmente a detecção precoce e cura oportuna dos casos. Declínio da prevalência, eliminação da hanseníase no mundo, tratamento ambulatorial de curta duração e cura foram termos incorporados à atual visão da doença em substituição ao legado medieval de segregação, isolamento, deformidade física e estigma associados à doença. A endemia hansênica apresentou-se, na virada do milênio, no limiar da sua eliminação como problema de saúde pública em nível mundial. O marco histórico foi a resolução da 44a Assembléia Mundial (1991), definindo como eliminação a prevalência abaixo de 1 caso para 10.000 habitantes, meta programática a ser alcançada pelos países endêmicos até o ano 2000. Em 2004 o município do RJ alcançou um coeficiente de prevalência de ponto inferior a um caso por dez mil habitantes. Em março de 2006, o Ministério da Saúde conferiu à Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMSRJ) certificado pelo alcance da meta de eliminação da hanseníase como problema de saúde pública. O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão do que já foi realizado pela Gerencia de Dermatologia Sanitária do MRJ ao longo dos anos, lançando um olhar para o futuro, diante do desafio que constitui assegurar a prevenção, o tratamento e reabilitação de incapacidades físicas das pessoas acometidas pela hanseníase. A SMSRJ atuou de forma continuada para alcançar a meta de eliminação, através de medidas para melhorar a qualidade do atendimento de rotina e ampliar o acesso da população às atividades de controle. Ressaltam-se a realização de supervisões, a lotação de profissionais, a expansão das atividades de controle na rede básica, a regionalização de pólos de tratamento de incapacidades com terapeutas ocupacionais, o treinamento de profissionais, campanhas de massa e o estímulo às atividades educativas na rotina de atendimento. No entanto, após mais de duas décadas de investimentos, o MRJ ainda apresenta coeficientes médios de detecção de novos casos de hanseníase e um dos indicadores é a diminuição do grau dois de incapacidades no momento do diagnóstico. Diante deste cenário é extremamente necessário investir em políticas públicas de saúde para ampliar e manter o acesso da população ao diagnóstico e tratamento da hanseníase, com vistas à cura sem incapacidades físicas e à redução continuada dos níveis endêmicos.

Palavras-chave: Hanseníase; Prevenção de Incapacidades; Saúde Pública.

O TRABALHO DA TERAPIA OCUPACIONAL EM GESTÃO NA ATENÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

MARIA EDILENE VICENTE LOPES; VANIA MEFANO

Descrição: O enfrentamento das Doenças Crônicas consiste um grande desafio para a gestão no SUS em decorrência da forte fragmentação do sistema e da tradicional compreensão também fragmentada dos sujeitos. Trata-se de um tema onde o trabalho intersetorial e a integralidade do cuidado são determinantes para o sucesso nos resultados. O diabetes é uma doença crônica cuja prevalência no município do Rio de Janeiro (MRJ) é de 7,4 para adultos com idade igual ou maior que 18 anos, segundo o vigitel 2013, realizado pelo Ministério da Saúde. A Hanseníase é uma doença transmissível, curável, mas com curso crônico, ainda com coeficientes médio de detecção de novos casos no MRJ. Estas duas doenças trazem grande risco de perdas funcionais decorrentes de complicações como neuropatias periféricas e mal perfurante plantar, podendo levar a amputações. A proposta desse trabalho é apresentar a atuação de terapeutas ocupacionais na gestão trabalhando em programas de capacitação de profissionais de saúde da Atenção Primária- Equipes da Estratégia de Saúde da Família e Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), principalmente Terapeutas Ocupacionais, Professores de Educação Física e Fisioterapeutas- com objetivo de se tornarem multiplicadores do processo de rastreio e reconhecimento do pé de risco na população e conseqüentemente identificarem pessoas com possíveis diagnóstico de diabetes e ou hanseníase. Objetiva também apresentar a estruturação do trabalho que se deu de forma interdisciplinar, integrando diferentes programas (Hanseníase, Diabetes e Práticas Integrativas) a partir de uma compreensão ampliada de saúde e do sujeito. Na organização além da comissão interdisciplinar estiveram envolvidos também a Coordenação de Saúde da Família, a equipe apoiadora do NASF no nível central, as Coordenações de Área Programática (AP) com seus apoiadores do NASF e dos programas no nível local. O trabalho foi estruturado na forma de oficinas teórico-práticas com duração de 8 horas (4 teóricas e 4 práticas) em um total de 10 oficinas, uma em cada AP, com média de 35 participantes em cada uma. As avaliações após cada oficina mostraram que a proposta foi bem sucedida; os profissionais capacitados tornaram-se multiplicadores e passaram a desenvolver, a partir das oficinas, diversas ações nos diferentes territórios do MRJ com a compreensão ampliada do cuidado e do sujeito.

Palavras-chave: Gestão, Atenção Primária, Mal Perfurante Plantar

PERSPECTIVAS DA EQUOTERAPIA NO PARÁ

HELI DE OLIVEIRA RODRIGUES; CARLA TEIXEIRA OLIVEIRA; JORGE LOPES RODRIGUES JUNIOR

Segundo ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA (ANDE) equoterapia é um método terapêutico que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência. Desta maneira a ANDE em âmbito nacional, supervisiona, controla e coordena a prática da equoterapia de suas entidades filiadas e colabora para que órgãos governamentais instituíam serviços e projetos assistenciais de equoterapia. Em todo território paraense somente em quatro locais estão instituídos a prática da equoterapia, sendo destes dois localizados na capital, Belém, gerenciados pela Polícia Militar do Pará (PM/PA) e Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e os outros dois localizados, um no Nordeste paraense na cidade de Castanhal, e outro situado na cidade de Santarém no Baixo Amazonas, os dois são gerenciados pela PM/PA. Assim pensou-se como objetivo, identificar e analisar os serviços de equoterapia no Estado do Pará tendo como métodos de pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo, caracterizada por análise de dados de acervos bibliográficos e documentais. “O uso do exercício equestre, com a finalidade de reeducação psicomotora dos portadores de deficiência, não é uma descoberta recente, como faria pensar o interesse surgido há algum tempo por esta prática” (BRASÍLIA, 2014). Desde Hipócrates de Loo (458-370 a.C) já existiam estudos sobre equitação e qualidade de vida, no decorrer do tempo foram desenvolvidos novos estudos dos quais comprovaram a eficácia da utilização do cavalo como recurso terapêutico. No Brasil, segundo Brasília 2014, para a consolidação da utilização do cavalo como recurso terapêutico, foram feitos vários estudos a nível mundial; desses estudos concluiu que seria conivente a criação de uma associação nacional e de uma palavra peculiar que não tivesse influência estrangeira e que englobasse todos os conceitos de reabilitação e educação feitos com o cavalo. Assim criou-se a ANDE- BRASIL. No Pará a equoterapia se desenvolveu a partir de uma política pública do Sistema Único de Saúde e a PM com objetivo de obter uma melhor assistência a saúde à população. Assim verificou-se que o número de serviço de equoterapia no estado do Pará é insuficiente, visto que, sua dimensão e contingente populacional é muito significativo para o número de serviço oferecido. Dessa forma entende-se a importância de novas políticas públicas que tenham como base a equoterapia.

SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA: O PERFIL OCUPACIONAL COMO CONTRIBUIÇÃO PARA MELHORIAS LABORAIS

HALESSANDRA LINS GOMES DE MEDEIROS; ANDREZA APARECIDA POLIA; CAMILLA NATASHA FLORIANO FERREIRA

Introdução: Trata-se de um estudo a fim de identificar o perfil ocupacional dos servidores que possuem algum tipo de deficiência do Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na cidade de João Pessoa PB, visto que estes dados são inexistentes e com eles podem ser desenvolvidas melhorias nas atividades laborais e no desempenho ocupacional desta população. **Objetivo:** Traçar o perfil ocupacional dos servidores ativos com deficiência inata ou deficiência adquirida do campus I da UFPB. **Metodologia:** O presente estudo tem característica de corte transversal, abordagem do tipo quantitativa, com utilização de dois questionários: um sócio demográfico e a Escala de Autoavaliação do Funcionamento Ocupacional (SAOF). **Resultados:** Esta pesquisa ainda se encontra em andamento, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba sob parecer N° 1.132.803, porém já foram contatados 20 servidores, dos quais 4 se recusaram a participar do estudo e 16 aceitaram. Os dados parcialmente obtidos no questionário sócio demográfico apresentam que 62,5% são do gênero masculino e 37,5% do feminino; 68,8% possuem Pós Graduação; 53,3% afirmam que o ambiente de trabalho apresenta barreiras, das quais 25% são atitudinais e arquitetônicas, mesmo assim 68,8% afirmaram satisfação quanto ao trabalho exercido; 50% dos servidores possuem deficiência adquirida e a deficiência física teve maior predominância, somando 68,8%. Na SAOF, as áreas que apresentaram a média dos maiores percentuais por escolha de alternativa foram: área Papéis com 92% da questão SIM (ponto forte); área Hábitos com 20,5% da questão NÃO (ponto adequado); e área Valores com 6,5% da área NÃO SEI (necessita de melhora). **Discussão:** Os dados demonstram que os servidores reconhecem as dificuldades presentes nas atividades laborais, porém a maioria destas não são causadas por suas deficiências mas por outros tipos de barreiras; identificam suas habilidades, seus papéis e suas capacidades (ponto forte), mas revelam as dificuldades nos hábitos presentes em sua rotina e cotidiano (ponto adequado) e em questões de planos para o futuro e expectativas pessoais (necessita de melhora). **Conclusão:** Tais dados serão de suma importância para nutrir as informações dos cadastros dos servidores da UFPB, pois através dos mesmos, serão possíveis soluções para as dificuldades presentes no cotidiano laboral desta população, como também auxiliar a instituição nas questões que devem ser melhoradas.

Palavras chave: Deficiência, Trabalhadores, Terapia Ocupacional.

TERAPIA OCUPACIONAL E A GESTÃO DE PESSOAS: A INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS PARA A PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO.

MARIZETE LOPES XAVIER; PAÛLLA OLIVEIRA DA SILVA

Introdução: Atualmente as organizações precisam se transformar para competir no mercado, nessa perspectiva as empresas começaram a intensificar as ações voltadas a seus empregados, visto que eles são o patrimônio mais importante de uma empresa. A partir disso as organizações preocupam-se com a Qualidade de Vida no Trabalho, que não depende apenas de bons salários e planos de benefícios. As empresas também intensificaram suas preocupações com as relações interpessoais de seus colaboradores, pois quando estas estão em conflito podem gerar grandes impactos que influenciarão diretamente, de maneira negativa, os colaboradores e a organização. Portanto é importante as estratégias de intervenção terapêuticas ocupacionais, visto que este profissional possui competências essenciais para gerir pessoas e entre elas está a coordenação de grupos **Objetivo:** Mostrar a atuação do terapeuta ocupacional na resolução da interferência dos problemas de relacionamentos interpessoais na qualidade de vida no trabalho. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, descritiva, exploratória e em ação que será realizada com 10 funcionários de uma micro empresa. A coleta de dados ocorrerá através dos instrumentos, Questionário da qualidade de vida SF-36 e de uma entrevista não diretiva, para então serem traçadas as estratégias de intervenção. A análise de conteúdo será realizada de acordo com a proposta metodológica de Bardin para os dados qualitativos, bem como análise estatística simples para os dados quantitativos. **Resultados:** Comprovar que existe uma relação direta entre os problemas nos relacionamentos interpessoais na promoção da qualidade de vida no trabalho, bem como comprovar a importância das estratégias de intervenção do Terapeuta Ocupacional, baseadas na gestão de pessoas, nesta área. **Discussão:** Portanto diante disto espera-se comprovar a eficácia das estratégias e ações terapêuticas ocupacionais nesta área. **Conclusão:** A bibliografia deixa claro a importância sobre este estudo, portanto, é preciso avançar nestes e impulsionar novas pesquisas, sendo estas, a ultrapassar o aspecto bibliográfico e alcançar dados e consequentemente ampliar o campo de intervenção da Terapia Ocupacional.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, gestão de pessoas, relacionamento interpessoal.

